



Problemática socioambiental das favelas Sol Nascente e Pôr do Sol no Distrito Federal – 2000/2015: ausências e precariedade no espaço de vida

Social and environmental issues of the favelas Sol Nascente and Pôr do Sol in the Federal District – 2000/2015: absences and precariousness in life space

Fernando NEGRET F.^{1*}

¹ Unialfa Centro Universitário Alves Faria, Goiânia, GO, Brasil.

* E-mail de contato: fenegret@uol.com.br

Artigo recebido em 17 de novembro de 2017, versão final aceita em 5 de julho de 2018.

RESUMO: Este estudo teve como objetivo analisar os problemas e necessidades socioambientais na favela integrada pelos setores Sol Nascente e Pôr do Sol, localizada na Ceilândia no Distrito Federal e atualmente considerada entre as maiores do Brasil. Esses dois setores surgiram do loteamento das chácaras nessa região na década de 1970 e da venda dos lotes sem serviços básicos nem equipamentos sociais, dos quais os moradores ainda hoje carecem. O trabalho se apoiou em pesquisa bibliográfica sobre a dinâmica da migração e urbanização; em pesquisa documental para obtenção de dados institucionais; e em pesquisa de campo para consultar a opinião de técnicos e funcionários da administração de Ceilândia e do Distrito Federal e antigos moradores e comerciantes dos dois setores. Os resultados são diversos, e incluem dados e informações sobre o surgimento da favela com relação a forma de ocupação da terra, as características socioeconômicas, como renda, escolaridade e atividade remunerada da população, além das condições construtivas das moradias, os tipos dos domicílios e condições ambientais urbanas.

Palavras-chave: favela; condições socioambientais; população; Distrito Federal-Brasil.

ABSTRACT: The objective of this study was to analyze the social and environmental issues and needs in the favela integrated by the Sol Nascente and Pôr do Sol sectors, located in Ceilândia, in the Federal District, and currently considered among the highest in Brazil. These two sectors emerged from farm allotment in the 1970s and from the selling of lands without basic services or social facilities, which the inhabitants still require. The work was based on bibliographical research about the dynamics of migration and

urbanization; on documentary research to obtain institutional data and on field research, to consult the opinion of administration technicians and employees from Ceilândia and the Federal District, former residents and local merchants. The results are diverse, include information on the background of the favela concerning land occupation, socioeconomic characteristics such as income, education and paid activity of the population, as well as household types and construction and environmental urban conditions.

Keywords: favela; socioenvironmental conditions; population; Federal District-Brazil.

1. Introdução

Na Região Administrativa de Ceilândia localiza-se a que é considerada uma das maiores favelas do Brasil, integrada pelos setores Sol Nascente e Pôr do Sol, no Distrito Federal de Brasília. Ceilândia teve a sua origem na Campanha de Erradicação de Favelas – CEI, iniciado em 1971, quando foram transferidos mais de 80.000 moradores de cinco favelas de diferentes lugares do DF (Codeplan, Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2015, p. 14).

A imigração para Brasília tem sido constante desde a sua construção na década de 1950, devido a atração como Capital Federal, denominada naquele período “Capital da Esperança” e “Capital do Trabalho”. Como tal, foi e é considerada fonte de emprego e também de moradia em consequência dos diversos programas habitacionais que foram criados pelo governo para atender aos migrantes, e também com finalidades eleitorais. Esses fluxos migratórios exigiram a criação de novas áreas para moradia em Ceilândia e assim foram estabelecidos pelo governo dez setores habitacionais adicionais na cidade entre 1975 e 1992. Segundo Aldo Paviani “No estudo da evolução de Brasília, avalia-se que a cada desconstituição de favela, o prêmio para os deslocados era um terreno, visando acomodar os que foram erradicados de invasões” (Paviani, 2017, p. 1).

Conforme a Codeplan, o setor habitacional Sol Nascente e a Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Pôr do Sol, foram criados em 2008. Entretanto a sua origem como processo de urbanização, segundo o documento da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio - APAD, ocorre com o loteamento das chácaras existentes nesses dois lugares, sendo o primeiro fracionamento em 1973, conforme depoimentos de antigos moradores. Na atualidade, os dois setores apresentam condições socioambientais muito deficientes, como se poderá verificar no desenvolvimento deste artigo e na apresentação dos resultados das pesquisas bibliográfica, documental e de campo.

O objetivo desta pesquisa esteve orientado a conhecer as condições socioambientais dos setores habitacionais Sol Nascente e Pôr do Sol na Ceilândia, estabelecendo a maneira como ocorreu inicialmente o loteamento, a ocupação dos terrenos e seu posterior desenvolvimento urbano, bem como determinando as características da população, sua origem regional, motivos da mudança, escolaridade, participação social, trabalho, classes de renda, características dos domicílios, serviços públicos disponíveis e a problemática ambiental urbana.

A justificativa desta pesquisa está na necessidade de conhecer e divulgar as condições sociais e ambientais da população residente na denominada, pelos moradores, “maior favela do Brasil”. Essas condições são altamente deficitárias segundo a aná-

lise realizada dos dados estatísticos institucionais, bem como a opinião obtida mediante entrevista de funcionários da gestão do Distrito Federal, da Região Administrativa de Ceilândia e moradores desses dois setores urbanos. Desta forma, buscou-se conhecer de maneira objetiva as necessidades mais sentidas pela população em serviços, equipamentos e infraestrutura relacionados com as condições socioambientais e a segurança pública. O levantamento e análise de dados e opiniões permite entender a complexidade de fatores e agentes sociais que participam no desenvolvimento desses dois setores urbanos, particularmente a magnitude da migração e do tipo do migrante para o DF e ao interior deste território, bem como o fracionamento, comercialização e ocupação de terrenos. Com a análise de todos esses dados se tem como resultado um assentamento urbano em condições precárias e um novo desafio para a capital federal, que historicamente tem se defrontado até hoje, com a necessidade de melhorar as condições socioambientais de vida desse tipo de urbanizações construídas por migrantes.

2. Metodologia

Para o desenvolvimento deste estudo foram utilizadas pesquisas bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica foi utilizada especialmente para explicar o processo de formação das favelas em América Latina e no Brasil. A pesquisa documental foi o apoio principal para obter dados e informações institucionais sobre o desenvolvimento e situação atual das duas favelas, sendo as bases de dados do IBGE e sobretudo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (Codeplan, 2015) o documento institucional mais importante,

com sistematização de diversas informações sobre esses dois setores urbanos.

Os dados obtidos incluem as características da população, procedência, motivo da migração, sua participação social nos dois bairros, o emprego por setor de atividade remunerada e as classes de renda domiciliar. Também foram analisados dados sobre a atividade remunerada do responsável do domicílio, bem como as características dos domicílios segundo a ocupação (por “espécie” referente a resistência ou solidez da construção da moradia ou por “tipo” de ocupação, que assinala a característica do espaço construído, como casa, barraco, cômodo, apartamento, etc.). Também constaram a condição do domicílio, se é próprio, em aquisição, terreno no regularizado, assentamento, invasão, entre outros, e o tipo de documento sobre o domicílio, tal como escritura, concessão de uso, contrato de financiamento, etc. Foi considerada a infraestrutura domiciliar disponível, incluindo o tipo de abastecimento de água, de energia elétrica, esgotamento sanitário e limpeza urbana, que determinam em boa medida as condições ambientais de vida. Outros aspectos socioambientais que ocorrem nas cercanias dos domicílios dos dois setores foram analisados, tais como erosão, áreas em declive, entulho, esgoto a céu aberto, áreas alagadas e ruas com pavimentação precária. Os dados da PDAD incluem a disponibilidade de recursos ou serviços ambientais urbanos e rurais, registrando ruas arborizadas, jardins/parques, Áreas de Proteção Ambiental - APAs, nascentes de água, ciclovia, espaço cultural e Parque Empresarial - PEC2. Finalmente, são considerados dados sobre os equipamentos domésticos nos domicílios. A sistematização dessas informações se apresenta em tabelas com comentários.

A pesquisa de campo foi realizada mediante a aplicação de um questionário a funcionários, profissionais e técnicos da Região Administrativa de Ceilândia (encarregados dos setores Sol Nascente e Pôr do Sol) e da Agencia de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS (encarregada de executar as políticas de fiscalização de atividades urbanas no DF em consonância com as políticas governamentais (Distrito Federal, 2008). Da mesma forma, foram consultados, mediante o questionário, os moradores e comerciantes mais antigos destes dois bairros. Os entrevistados foram questionados sobre quais são os problemas sociais e ambientais principais e suas opiniões sobre os serviços públicos básicos e os equipamentos sociais que dispõem as duas favelas. Esse conjunto de informações permitiu ter conhecimento da situação socioambiental do bairro e das prioridades dos seus moradores.

Cabe esclarecer que o conceito “Socioambiental”, utilizado neste estudo, implica a relação holística, integral, dialética, da sociedade com o meio ambiente. Segundo Pradilla, “A natureza terrenal geral e as ‘naturezas’ particulares são a condição mais geral de existência de toda sociedade, são seu suporte básico e integral” (Pradilla, 1984, p. 52). Para o autor, em cada formação social historicamente determinada variam as formas de apropriação-transformação-destruição da natureza, bem como o papel que lhe assina a sociedade no econômico, no jurídico político e no ideológico. Essa visão é útil para entender como algumas comunidades se veem obrigadas a ocupar terrenos de áreas com cobertura vegetal natural e até APAs, como no caso das favelas analisadas neste estudo. Nesses processos se constrói, sobre a natureza e com a natureza, as moradias, incluindo inicialmente materiais descartados e plásticos sem estabilidade

construtiva, sem serviços básicos e equipamentos sociais. Com o tempo e com grandes esforços familiares e comunitários, as habitações vão se consolidando.

Quando se faz referência à “Problemática Socioambiental”, está se considerando que essa relação sociedade-natureza é conflitiva, ou ao menos mais conflitiva nestes casos de ocupações não planejadas nem regularizadas. Isso se deve à degradação do meio ambiente ocasionado pela necessidade da população ocupante de utilizar todos os recursos naturais disponíveis e úteis, bem como pela falta de critérios ambientais para ordenar essa ocupação urbana. Nesta perspectiva, Fernandez e Sampaio afirmam que a problemática socioambiental “é construída e definida teoricamente, nos meios acadêmicos, como uma problemática eminentemente social que surge da forma como a sociedade se relaciona com a natureza”, e, portanto, é “a problemática ambiental como problemática econômica, social, cultural e espiritual, dependendo da corrente teórica e acadêmica” (Fernandez & Sampaio, 2008, p. 87). Neste sentido, a problemática é dialética, correlacionada e indivisível entre sociedade e natureza. Os autores concluem afirmando que “A definição de problemática ambiental, portanto, é uma definição diretamente ligada às atividades sociais que incidem sobre a natureza”.

3. Resultados

3.1. Migração, urbanização acelerada e construção de favelas

Reconhecidos autores de análises sobre o acelerado processo de urbanização em América

Latina entre as décadas de 60 e 80 do século XX concordam que foi a migração campo-cidade a origem fundamental da “urbanização da pobreza” e da construção recorrente de favelas nas cidades latino-americanas. Existe consenso sobre a mecanização da produção no campo e a concentração da propriedade da terra enquanto causa principal da expulsão do pequeno proprietário rural e dos trabalhadores camponeses, e sua consequente emigração para as cidades. Segundo Castells, no seu livro *La Cuestión Urbana* (1976, p. 58), “o fenômeno básico, enquanto ao aumento da população especificamente urbana, é o das migrações”. No estudo, *La urbanización dependiente em América Latina* (Schteingart, 1973, p. 71), o autor mostra com dados que a grande maioria dos países latino-americanos tiveram fortes processos de urbanização entre 1960 e 1980. Dentre os países mais populosos, alguns tiveram as maiores taxas de expansão urbana: a Venezuela apresentou expansão de 14,9%; a Colômbia, 14,4%; o México, 14,1%; e o Brasil, 14,0%. Para Castells, o processo migratório e da urbanização é mais um resultado da decomposição da sociedade rural que uma capacidade do dinamismo da sociedade urbana para gerar emprego e oferecer melhores condições de vida aos migrantes. De fato, o que ocorreu foi a concentração da propriedade da terra rural em grandes extensões para atender as demandas da produtividade das máquinas na produção agrícola e a demanda das fábricas agroindustriais. A implantação da agricultura comercial para exportação ocorreu mediante a destruição da vegetação natural e de grande impacto na biodiversidade. Os camponeses expulsos de suas terras e separados dos seus meios de trabalho e subsistência, emigraram para as periferias das cidades, ocupando a terra e construindo favelas sem serviços básicos e equipamentos urbanos, e, portanto, em

deficientes condições socioambientais de vida urbana. Este processo ocorreu também em Brasília, que além de oferecer emprego na sua construção, recebeu fluxos de migrantes do Nordeste e também do Centro-Oeste, principalmente de Goiás, em cujo território estadual foi implantada a capital nacional. Paulo Singer, em seu trabalho *Urbanização, dependência e marginalidade em América Latina* assinala que:

“Os últimos dados dos censos estão revelando que persiste, em forma intensa, a migração rural-urbana em quase todos os países de América Latina. A população urbana cresce a saltos; os serviços, principalmente de habitação, atendem cada vez mais precariamente as necessidades do público e os sinais exteriores de miséria – mendicância, prostituição, comércio ambulante, etc. - se multiplicam” (Schteingart, 1973, p. 93).

Singer complementa sua afirmação anterior, assinalando que a velocidade do processo de urbanização também sofreu a influência do crescimento da população, acelerado na América Latina e no Brasil depois da Segunda Guerra Mundial. Além disso, fatores de expulsão atuam nas zonas rurais, e produzem fluxos de migração para as cidades.

Para Pradilla “A produção capitalista no campo reduziu ao mínimo a força de trabalho necessária para a produção agropecuária” (1984, p. 410), ao mesmo tempo em que foi concentrando a população emigrante nas cidades. Nestas, agora, acontece a reprodução da população imigrante como força de trabalho para as agroindústrias e indústrias localizadas também concentradamente nos centros urbanos. O autor explica, neste sentido, que aconteceram dois processos simultâneos: o de expulsão dos trabalhadores do campo pela mecanização da produção agropecuária e o da migração forçada

para as periferias das cidades, onde, construindo e morando em favelas, se constituem em força de trabalho sobrando ou de reserva para a produção industrial.

Na Tabela 1 seguinte, pode-se verificar que, entre as décadas 60 e 70, o Brasil passa de um país rural (com população no campo de 55%) para um país urbano, com 56% dos seus habitantes nas cidades. A Região Centro-Oeste teve uma semelhante transição nas duas décadas, de 63% de população rural em 1960 para 51% de habitantes urbanos em 1970. A urbanização do Centro-Oeste ocorreu pelo desenvolvimento do agronegócio, o qual concentrou a propriedade da terra e ocasionou a expulsão e a migração dos pequenos proprietários e trabalhadores do campo para as cidades. Muitos desses migraram inicialmente para o Distrito Federal e depois para seu entorno.

Com relação às mudanças do Centro-Oeste o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA afirma:

“As ações combinadas do Estado e do capital privado transformaram a realidade econômica e social do Centro-Oeste, infletindo a dinâmica demográfica, mo-

dificando o perfil do trabalho e do emprego, criando importantes complexos de armazenagem e submetendo a pesquisa e a extensão rural aos interesses dos grandes capitais” (2002, p. 188).

Nessa perspectiva, pode-se reiterar que os processos de migração, urbanização e criação de favelas nas grandes cidades do Brasil são consequência das transformações e da dinâmica socioeconômica do meio rural no país e suas regiões.

3.2. *Origem de Ceilândia e dos Setores de Sol Nascente e Pôr do Sol*

Desde ao início da construção de Brasília em 1956, denominada nesse momento de “Capital do Trabalho” e “Capital da Esperança”, houve forte migração de diversos estados do Brasil, principalmente do Nordeste. Com isso, ocorreram diversas ocupações de terrenos pelos migrantes, os quais até ainda hoje, não param de chegar ao Distrito Federal e aos municípios do entorno.

TABELA 1 – Evolução da população rural e urbana no Brasil e na região Centro-Oeste entre 1960 e 2010.

Ano	Evolução no Brasil		Evolução no Centro-Oeste	
	% da População Urbana	%População Rural	% da População Urbana	% da População Rural
1960	45	55	37	63
1970	56	44	51	49
1980	67	33	61	29
1990	76	24	87	13
2010	84	16	89	11

FONTE: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1986, 1990, 1993 e 1997; Censos demográficos de 2000 e 2010; Síntese de Indicadores Sociais, 2007.

Na seguinte Tabela 2, pode-se verificar que entre 1960 e 1970, primeira década de existência de Brasília, a capital teve um acelerado crescimento da população de 285%. Já na década seguinte, entre 1970 e 1980, o crescimento foi de 120%. Nas décadas posteriores o crescimento foi menor, mas Brasília continuou sendo uma das capitais do Brasil com maior dinâmica demográfica.

“A cidade da Ceilândia surgiu em decorrência da Campanha de Erradicação de Favelas – CEI, que foi o primeiro projeto de erradicação de favelas realizado no Distrito Federal pelo governo local. As remoções para a nova cidade foram iniciadas em 27 de março de 1971, estabelecendo a data de sua fundação a partir da transferência de aproximadamente, 80.000 moradores das favelas da Vila do IAPI, Vila Tenório, Vila Esperança, Vila Bernardo Sayão e Morro do Querosene” (Codeplan, PDAD, 2015).

TABELA 2 – Expansão demográfica de Brasília desde a década da sua fundação.

Ano	1960	1970	1980	1991	2000	2010
População	141.741	546.015	1.203.333	1.598.420	2.043.169	2.570.160

FONTE: IBGE, Sinopse do censo Demográfico de 2010. Elaboração Própria.

Essa expansão de Brasília foi ocasionada tanto pela atração gerada pelo emprego e oportunidades de trabalho na construção da Capital Federal, quanto pela mecanização da agricultura do Centro-Oeste, que teve forte incentivo na década do 70 com o programa de Desenvolvimento dos Cerrados - Polo Centro. Este programa apoiou o agronegócio e transformou o campo com a concentração da terra, a mecanização da produção e a migração da população camponesa. Esses processos migratórios tiveram impactos no crescimento demográfico da capital federal e diversas favelas foram construídas pelos migrantes. Aldo Paviani (2017) se refere a este fenômeno como as “Grandes invasões, com 77.702 habitantes conforme Codeplan, sobretudo as que ocupavam superquadras das Asas Norte e Sul do Plano Piloto, bem como de localidades provisórias”. Perante esta situação, o governo do Distrito Federal criou a cidade de Ceilândia em 1971 para transladar a população de várias dessas invasões já consolidadas.

A citação anterior, da Codeplan, mostra que a atual Região Administrativa Nº 13 de Ceilândia, construída mediante plano urbano contendo 17.000 lotes (Sousa, 2014, p. 35), teve a sua origem no objetivo da administração da capital de assentar a população erradicada de diversas favelas do DF. Esse fato constituiu um precedente que motivou o fracionamento de chácaras nesses dois setores para urbanização, e incentivou novas migrações - e até a invasão - de áreas contíguas ao plano original da cidade projetada. Várias moradias construídas em áreas de invasão foram derrubadas pela AGEFIS do governo do Distrito Federal. A população total de Ceilândia em 2015, segundo a PDAD, era de 489.351 habitantes, sendo, na atualidade, a cidade mais populosa do Distrito Federal.

Na Figura 1 se apresenta a localização de Ceilândia no Distrito Federal, incluindo os setores Sol Nascente e Pôr do Sol. Na Figura 2, observa-se a localização, de maneira mais detalhada, dos setores Sol Nascente e Pôr do Sol nos limites com a cidade de Ceilândia.

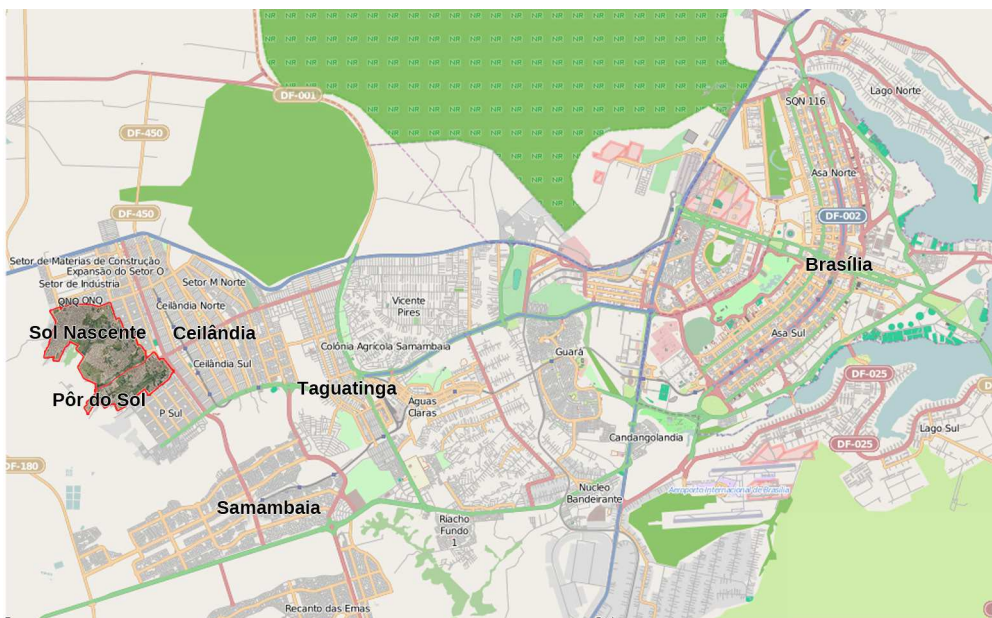


FIGURA 1 – Distrito Federal, região Administrativa de Ceilândia, Setores Sol Nascente e Pôr do Sol e outras Regiões Administrativas, dentre elas, Samambaia, Taguatinga e o Plano Piloto de Brasília.

FONTE: <https://www.google.com.br/search maps>. Ajustes da pesquisa.



FIGURA 2 – Localização dos Setores Sol Nascente e Pôr do Sol na Região Administrativa de Ceilândia.

FONTE: <https://www.google.com.br/search maps>. Ajustes da pesquisa.

A origem do Sol Nascente e Pôr do Sol, não foram resultado de invasões nem ocupações da terra: são o produto do loteamento de chácaras e venda desses lotes, localizados na Zona Rural de Uso Diversificado, criada pela Lei Complementar nº 17 de 1997. Conforme o documento da PDAD, a área dos dois setores “situa-se em terrenos de concessão de uso que foi fraccionado de forma irregular a partir da década de 1990 e intensificada a partir de 2000” (Codeplan, PDAD 2015, p. 14)

Segundo a pesquisa de campo e diálogo com moradores antigos que vivenciaram o início dos dois setores, o primeiro fracionamento ocorreu no Setor Sol Nascente desde 1973 e posteriormente nas chácaras de Pôr do Sol no ano 2000. Em 2015, os dois setores tinham um total de 94.199 habitantes, sendo Sol Nascente muito mais populoso e extenso. Em relação aos migrantes que se localizaram nos setores Sol Nascente e Pôr do Sol, 51,67% da população total nasceu no Distrito Federal e 48,33% em outros estados do Brasil, sendo os mais destacados como origem desses migrantes o Maranhão (com 18,61%), Piauí (16,91%), Bahia (14,34%) e Goiás (11,21%), excluindo deste último o território da periferia do Distrito Federal (Codeplan, PDAD 2015, p. 26).

3.3. Aspectos demográficos e condições socioambientais de Sol Nascente e Pôr do Sol segundo dados institucionais

3.3.1. Aspectos da população nos dois setores urbanos

A distribuição da população de Sol Nascente e Pôr do Sol por faixas etárias mostra que as crianças

de 0 a 14 anos são o grupo mais numeroso (com 27,84%), seguido dos adultos de 25 a 39 anos (com 25,87%) e dos de 40 a 59 (com 22,83%). Estas três faixas significam 76,54% do total da população dos dois setores. Quanto ao estado civil ou forma de união dos residentes, é notável a quantidade de solteiros: 36,12%; 30,85% são casados, e 27,76% têm união estável. Já sobre a cor declarada pelos entrevistados, 61,06% se consideram pardos; 33,12% brancos; 5,77% negros; e 0,04 % indígenas. Com relação ao gênero, 50,45 % são homens e 49,55% mulheres. O crescimento demográfico é mais alto nos dois setores que na Ceilândia, com taxas de 9,26% e 3,25% respectivamente. (Codeplan, PDAD 2015, p.16/17). No Pôr do Sol e Sol Nascente, o nível superior de escolaridade é de apenas 3,13% da população, prevalecendo o nível fundamental incompleto, com 39,68%. A PDAD apurou que 4,05% da população é composta por menores de seis anos que se encontram fora da escola.

3.3.2. Procedência da população de Sol Nascente e Pôr do Sol

Na Tabela 3 pode-se verificar que os primeiros quatro estados são os mais representativos quanto a procedência dos migrantes de Sol Nascente e Pôr do Sol, constituindo 61,07% do total. Os 10 estados da Tabela 3, mais a Periferia Metropolitana de Brasília, significam 93,54% da procedência dos migrantes, sendo somente 6,36% os moradores que procedem de outros Estados do Brasil.

TABELA 3 – Procedência dos Moradores de Pôr do Sol e Sol Nascente segundo a Unidade da Federação e a Periferia Metropolitana de Brasília – PMB – 2015.

	No	%	% de Emigrantes
Total	94.199	100,00	
Distrito Federal	49.798	52,86	
Outras UF	44.401	47,14	100,00
Maranhão	8.264	8,77	18,61
Piauí	7.507	7,99	16,91
Bahia	6.367	6,77	14,34
Goiás ¹	4.976	5,28	11,21
Ceará	3.668	3,89	8,26
Paraíba	3.120	3,31	7,03
Minas Gerais	2.867	3,04	6,46
Pernambuco	1.476	1,57	3,32
Rio Grande do Norte	1.223	1,30	2,75
Tocantins	1.181	1,25	2,66
PMB ²	928	0,98	2,09
Outros Estados	2824	2,99	6,36

FONTE: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Ceilândia - PDAD 2015.

- (1) O Estado de Goiás exclusive a Periferia Metropolitana de Brasília - PMB;
- (2) Periferia Metropolitana de Brasília: Águas Lindas; Alexânia; Cidade Ocidental; Cristalina; Cocalzinho; Formosa; Luziânia; Novo Gama; Planaltina; Padre Bernardo; Santo Antônio do Descoberto; Valparaíso de Goiás

3.3.3. *Motivos da mudança da população para Sol Nascente e Pôr do Sol*

A Tabela 4 mostra os motivos pelos quais os moradores se mudaram para os dois setores urbanos ou favelas, e pode-se verificar que “Acompanhar parentes” corresponde a mais da metade dos motivos que provocaram a sua mudança para o Distrito Federal. É sabido que, perante as dificuldades em outros estados (principalmente do Nordeste) em

subsistir nas condições climáticas, na baixa produção da terra e na busca por emprego nessa região, os migrantes que primeiro se instalam no DF trazem seus familiares, buscando melhorar também as suas condições de vida. Na Tabela 4 também pode-se verificar que “Procura de emprego” é o segundo motivo de mudança para a Capital Federal, o qual junto com “Acompanhar parentes” somam 87,77% dos motivos da mudança dos migrantes. Os outros motivos são pouco significativos comparativamente. Esses dados mostram que as precárias condições de vida em regiões distantes são os principais motivos da mudança de numerosa população para o Distrito Federal.

Segundo o documento da PDAD, a migração interna no DF para a Região Administrativa de Ceilândia (ou seja, os migrantes que vieram de outras Regiões Administrativas do Distrito Federal para

TABELA 4 – População segundo o motivo da mudança para Sol Nascente e Pôr do Sol – 2015.

Motivo da Mudança	No	%	% de Imigrantes
Total	94.199	100,00	
Distrito Federal	49.798	52,86	
Total de Imigrantes	44.401	47,14	100,00
Acompanhar parentes	22.645	24,06	51,02
Procura de trabalho	16.318	17,32	36,75
Melhor acesso aos serviços de saúde	2.994	3,18	6,74
Estudo e/ou escola	379	0,40	0,85
Aquisição de moradia	126	0,13	0,28
Outros motivos	1.644	1,75	3,88
Não sabem	211	0,22	0,48

FONTE: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Ceilândia - PDAD 2015.

essa região) foi de 27,28% dos habitantes. No caso dos setores Pôr do Sol e Sol Nascente, 33,64% vieram de Taguatinga e 26,35% dos habitantes vieram de Samambaia (Codeplan, 2015, p. 31).

3.3.4. Níveis de escolaridade da população de Sol Nascente e Pôr do Sol

Na Tabela 5, apresentam-se os níveis de escolaridade mais representativos da população nos dois setores: o nível fundamental incompleto e o médio completo representam os dois grupos mais representativos, somando juntos 60,85% da população residente. A escolaridade médio incompleto é

o grupo que ocupa o terceiro lugar, com quase 10% da população. Cabe destacar que menores de 6 anos fora de escola é um número representativo que mostra a carência destes serviços e as dificuldades das crianças para aceder a creches e escola. Entretanto, os baixos índices de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais (somente 2,86%) e entre crianças de 6 a 14 anos (0,04%), são números positivos: tratam-se de setores urbanos considerados bairros pobres, e com bons níveis de alfabetização. O item *outros grupos de escolaridade* inclui o ensino especial, creche, fundamental completo e incompleto, dentre outros. Os índices nesta categoria são pouco representativos, bem como a escolaridade com mestrado e doutorado, que nenhum morador possui, de acordo com a PDAD-2015.

TABELA 5 – População segundo o nível de escolaridade em Pôr do Sol e Sol Nascente – 2015.

Nível de Escolaridade	Nº Pessoas	%
Fundamental incompleto	36.685	38,96
Médio completo	20.619	21,89
Médio incompleto	9.276	9,85
Fundamental completo	4.849	5,15
Superior Incompleto	3.331	3,54
Superior Completo	2.783	2,95
Menores de 6 anos fora da escola	2.699	6,58
Jardim I e II/Pré-Escolar	2.319	2,46
Analfabetos (15 anos ou mais)	2.699	2,86
Sabem ler e escrever (15 anos ou mais)	1.940	2,06
Crianças de 6 a 14 anos não alfabetizadas	42	0,04
Outros grupos de escolaridade e sem elas	3.500	3,70
Totais	94.199	100,0

FONTE: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Ceilândia - PDAD 2015

3.3.5. Participação social e principais atividades da população

Segundo a PDAD, a participação da população da Ceilândia nas instituições e movimentos sociais é pouco expressiva. Apenas 2,25% dos moradores afirmaram participar de sindicatos ou associações. Igualmente acontece com a mobilização social nas escolas públicas, as quais não são utilizadas para atividades de convivência social ou extraclasse: 90,73% da população total dizem não conhecer os projetos pedagógicos da escola. Somente 20,19% das famílias participam das campanhas e reuniões nesta instituição educativa. Quanto aos setores Pôr do Sol e Sol Nascente, 25,63% participam de campanhas e reuniões e 9,30% conhecem os projetos pedagógicos das escolas. (Codeplan, 2015, p.39). Essa baixa participação da população na cidade e nos dois setores urbanos pode ser explicada pelas

diversas origens dos moradores, os níveis de ocupação e também pelo desinteresse e pouco comprometimento com os movimentos sociais e políticos.

Com referência às principais atividades dos moradores dos dois setores, organizadas na Tabela 6, 69,69% se ocupavam com trabalho remunerado, estudo e trabalho do lar, enquanto que somente 0,76% não tinham atividade. É importante destacar, entretanto, que esses dados são de 2015. Nesse ano, os desempregados nesses setores somente eram 7,07%, mas tal índice é possível que tenha aumentado com a crise que se prolongou até 2017. Cabe destacar que a pesquisa verificou que não existe trabalho voluntário em Sol Nascente nem Pôr do Sol.

TABELA 6 – Principais atividades dos moradores de Pôr do Sol e Sol Nascente – 2015.

Atividade	Nº Pessoas	%
Trabalho remunerado	39.215	41,63
Estudantes	17.077	18,13
Trabalho do Lar	9.445	10,03
Desempregados	6.662	7,07
Aposentados	3.711	3,94
Pensionistas	1.012	1,07
Não têm atividade	717	0,76
Trabalho voluntário	0	0,00
Menores de 10 anos	16.360	17,37
Totais	94.199	100,00

FONTE: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Ceilândia - PDAD 2015.

3.3.6. Ocupação da população segundo setor de atividade remunerada

Com base na ocupação dos moradores de Sol Nascente e Pôr do Sol (Tabela 7), conclui-se

que os dois bairros têm como setores de trabalho predominantes os serviços, o qual coincide com a grande maioria das cidades do Distrito Federal. No comércio, nos serviços gerais e nos serviços pessoais está ocupada 72,47% da população. A construção civil, os serviços domésticos e o transporte e armazenagem, que são os três setores seguintes na tabela, ocupam 17,64% dos moradores. Entretanto é pouca a ocupação gerada pelos serviços de saúde, educação e a administração pública distrital e federal.

TABELA 7 – População Ocupada segundo o setor de atividade remunerada de Pôr do Sol e Sol Nascente – 2015.

Setor de atividade remunerada	Nº Pessoas	%
Comércio	12.398	31,61
Serviços gerais	10.752	27,42
Serviços pessoais	5.271	13,44
Construção Civil	3.415	8,71
Serviços domésticos	1.897	4,84
Transporte e armazenagem	1.602	4,09
Administração Pública Distrital	759	1,94
Saúde	675	1,72
Empresa Pública Distrital	590	1,50
Educação	548	1,40
Administração Pública Federal	337	0,86
Outros Setores	969	2,47
Totais	39.213	100,00

FONTE: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Ceilândia - PDAD 2015.

3.3.7. População segundo a posição na ocupação

Em Pôr do Sol e Sol Nascente, 56,15% dos entrevistados pela PDAD 2015 são empregados com carteira de trabalho assinada. Chama atenção,

porém, o expressivo percentual dos trabalhadores autônomos (29,57%), o qual coincide com o predomínio do comércio como atividade de trabalho dos residentes nestes dois setores urbanos. Os assalariados sem carteira de trabalho são 8,17%, o qual mostra que existe um número expressivo de trabalhadores informais. Os outros setores de atividade remunerada são pouco relevantes (Tabela 8).

TABELA 8 – População de Pôr do Sol e Sol Nascente segundo a posição na ocupação – 2015.

Setor de Atividade remunerada	Nº Pessoas	%
Empregados com carteira de trabalho	22.011	56,15
Autônomo	11.596	29,57
Empregados sem carteira de trabalho	3.205	8,17
Serviço Público e Militar	1.012	2,58
Estagiário/Aprendiz	506	1,29
Microempreendedor Individual	337	0,86
Outros Setores	546	1,38
Totais	39.213	100,00

FONTE: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Ceilândia - PDAD 2015.

3.3.8. Meios de transporte utilizados pela população

O ônibus é o principal meio de transporte da população ocupada dos setores Pôr do Sol e Sol Nascente, já que 54,63% dos entrevistados se deslocam nesses veículos. O automóvel ocupa o segundo lugar com 19,78% dos traslados, sendo constatado que, embora as ruas sejam estreitas e em péssimo estado de conservação, há tráfego considerável de automóveis de propriedade da população. A pé deslocam-se 10,64% dos moradores, na sua maioria

para zonas comerciais e de serviços dos dois setores ou da Ceilândia. Outros modos de transporte apresentaram pouca significância (Tabela 9).

TABELA 9 – Utilização do transporte pela população ocupada de Pôr do Sol e Sol Nascente – 2015.

Utilização do transporte	Nº Pessoas	%
Ônibus	21.420	54,63
Automóvel	7.758	19,78
A pé	4.174	10,64
Motocicleta	1.223	3,12
Bicicleta	632	1,61
Metrô	506	1,29
Outros	3.500	8,93
Totais	39.213	100,00

FONTE: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Ceilândia - PDAD 2015.

3.3.9. Classes de Renda dos domicílios em Sol Nascente e Pôr do Sol

A Tabela 10 apresenta informações sobre a renda dos domicílios das regiões estudadas. A classe de renda mais representativa dos domicílios em Sol Nascente e Pôr do Sol é entre 2 e 5 salários mínimos (45,07% dos lares), o que significa que quase a metade da população conta com um certo nível de remuneração que lhes permite satisfazer necessidades prioritárias - embora as condições urbanas apresentem grandes deficiências em serviços sociais básicos, como se poderá verificar posteriormente neste trabalho. Em segundo lugar (29,17%), se encontra a classe de renda entre 1 e 2 salários mínimos, cujas famílias, dependendo do número de membros, terão grandes deficiências na satisfação de necessidades básicas, inclusive

de alimentação. As famílias com uma renda até somente um salário mínimo estão em condições de pobreza e apresentam grandes dificuldades de subsistência digna.

Cabe assinalar que, segundo a PDAD-2015 (principal base informativa para este trabalho), 16% da população mora de aluguel em diferentes condições da situação do domicílio, como por exemplo casa, apartamento, quarto ou barraco. Nos casos nos quais as famílias não têm domicílio próprio e pagam aluguel, as condições de vida dos moradores com rendas até dois salários mínimos são bastante deficientes. Também se pode verificar na Tabela 10 que 10,61% dos domicílios têm rendas entre 5 e 10 salários mínimos, sendo famílias que certamente têm, maior satisfação das necessidades sociais prioritárias em comparação às famílias de menor renda. O conjunto de rendas mostra que também no caso destas duas favelas, existe uma estratificação social bastante drástica, o que também pode explicar a falta de integração e participação dos moradores

TABELA 10 – Classes de Renda nos domicílios em Sol Nascente e Pôr do Sol.

Classe de Renda	Nº Domicílios	%
Até 1 salário mínimo	2.994	13,45
Mais de 1 a 2 salários mínimos	6.494	29,17
Mais de 2 a 5 salários mínimos	10.036	45,07
Mais de 5 a 10 salários mínimos	2.361	10,61
Mais de 10 a 20 salários mínimos	379	1,70
Mais de 20 salários mínimos	0	0,00
Subtotal	22.264	100,00
Renda não declarada	3.035	
Totais	25.299	

Fonte: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Ceilândia - PDAD 2015

na discussão e resolução dos problemas socioambientais dos dois setores.

Com relação a ocupação dos responsáveis dos domicílios, a Tabela 11 mostra que mais da metade eram empregados com carteira de trabalho assinada e 35,50% eram profissionais autônomos. Estas duas categorias de ocupação significam 89,13%. Os empregados sem carteira de trabalho e os que se encontram no serviço público e militar possuem pouca significação.

TABELA 11 – Ocupação dos responsáveis pelos domicílios, 2015.

	Nº	%
Empregados com carteira de trabalho	11.216	53,63
Empregados sem carteira de trabalho	1.349	6,45
Serviço Público e Militar	632	3,02
Microempreendedor Individual	126	0,60
Microempresário	84	0,40
Pequeno Empresário	42	0,20
Autônomo	7.421	35,50
Estagiário/Aprendiz	42	0,20
Total	20.912	100,00

FONTE: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Ceilândia - PDAD 2015.

3.3.10. Características dos domicílios

Conforme a APAD – 2015, no Pôr do Sol e Sol Nascente, o tamanho da família é de 3,72 membros, sendo um pouco maior que em toda a Região Administrativa de Ceilândia (3,44 pessoas) (p. 50). Nos dois setores urbanos em análise, quase a totalidade das construções é permanente, incluindo aquelas

moradias em construção que contam com materiais que permitem considerar as moradias em condição de solidez e estabilidade (Tabela 12).

Na Tabela 13, a casa é o tipo predominante de moradia em Sol Nascente e Pôr do Sol. Entretanto, foi verificado em campo que estão em construção alguns prédios de vários andares na via comercial principal, com apartamentos para moradia e lojas para comércio. Algumas moradias também contam com apartamentos para aluguel.

TABELA 12 – Condição construtiva dos domicílios.

Condição construtiva dos Domicílios	Nº Domicílios	%
Permanentes	23.739	93,83
Improvisados	379	1,50
Permanentes em construção	1.181	4,67
Totais	25.299	100,00

FONTE: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Ceilândia - PDAD 2015.

TABELA 13 – Tipo dos domicílios ocupados.

Tipos dos domicílios ocupados	Nº Domicílios	%
Casa	24.836	98,16
Barraco	379	1,50
Quitinete/Estúdio	42	0,17
Flat	0	0,00
Apartamento	0	0,00
Uso misto	42	0,17
Totais	25.299	100,00
Estagiário/Aprendiz	42	0,20
Total	20.912	100,00

FONTE: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Ceilândia - PDAD 2015.

Com relação à condição dos domicílios ocupados, o documento da APAD assinala que a quase totalidade dos domicílios se encontram em terrenos não regularizados “exceto 0,17% cujos entrevistados declararam ter imóvel próprio quitado” (p. 50, 2015). Na Tabela 14 pode-se verificar que as condições “Próprio em terreno não regularizado” e “Alugado em terreno não regularizado”, representam 87,33 dos domicílios. O total em condição de domicílio próprio, são 80,0% e os que declararam que são alugados representam 15,5%.

TABELA 14 – Condição dos domicílios ocupados.

Condição dos domicílios ocupados	Nº Domicílios	%
Próprio em terreno não regularizado	19.311	76,33
Alugado em terreno não regularizado	2.783	11,00
Alugado	1.096	4,33
Cedido em terreno não legalizado	717	2,83
Próprio em invasão	675	2,67
Cedido	422	1,67
Próprio em assentamento	211	0,83
Próprio quitado	42	0,17
Alugado em invasão	42	0,17
Totais	25.299	100,00

FONTE: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Ceilândia - PDAD 2015.

Como pode ser verificado na Tabela 15, quase a totalidade dos moradores de Sol Nascente e Pôr do Sol dispõem de contrato de compra e venda. As outras condições legais têm pouca representatividade.

A Tabela 16 mostra que os domicílios em Sol Nascente e Pôr do Sol, na sua maioria, dispõem dos eletrodomésticos indispensáveis. Também

evidencia a desigualdade social na disponibilidade dos equipamentos, pois existem famílias que contam com vários dos elementos domésticos que a PDAD pesquisou nos domicílios. Com base nas informações da tabela, pode-se concluir que

a grande maioria das famílias dispõem de forno, geladeira, televisão de algum modelo, e celular nas duas modalidades pesquisadas. Igualmente, 66% das famílias dispõem de máquina de lavar roupa, quase a metade de tanquinho elétrico, 39,17% de microcomputador e 33% de notebook.

TABELA 15 – Condição legal dos imóveis segundo os documentos que dispõem.

Condição Legal dos Imóveis	Nº Domicílios	%
Contrato de compra e venda	19.312	95,41
Concessão de uso	843	4,17
Contrato de financiamento particular	42	0,21
Contrato de financiamento governamental	42	0,21
Escritura definitiva	0	0,00
Minha casa minha vida/Morar bem	0	0,00
Outros	0	0,00
Total	20.239	100,00
Alugado em invasão	42	0,17
Totais	25.299	100,00

FONTE: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Ceilândia - PDAD 2015.

3.3.11. *Infraestrutura de serviços públicos*

Nas Tabelas 17, 18, 19 e 20 está registrado o tipo de abastecimento de água, de energia elétrica de esgotamento sanitário e de coleta de lixo. Como pode ser verificado, todos os domicílios de Sol Nascente e Pôr do Sol tem abastecimento de água, e assim foi expressado pelos moradores entrevistados na pesquisa de campo realizada por este estudo. Quase a totalidade das moradias (95,50%) estão ligadas a rede geral da CAESB que abastece todo o Distrito Federal. Igualmente, todos os domicílios dispõem de energia elétrica, sendo que 9,17% têm ligações por meio de gambiarra. Segundo os entrevistados, o esgotamento sanitário é considerado o principal problema de Sol Nascente e Pôr do Sol, na medida

TABELA 16 – Posse de equipamentos domésticos nos domicílios, 2015.

Equipamento doméstico	Não têm		Têm 1		Têm 2		Têm 3 ou mais		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Aquecedor Solar (placas)	25.299	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	25.299	100,0
Ar-condicionado	25.215	99,66	42	0,17	42	0,17	0	0,00	25.299	100,0
Circulador de Ar/Ventilador	16.655	65,83	8.265	32,67	337	1,33	42	0,17	25.299	100,0
Fogão	84	0,33	25.215	99,67	0	0,00	0	0,00	25.299	100,0
Forno de micro-ondas	9.150	36,17	16.149	63,83	0	0,00	0	0,00	25.299	100,0
Forno elétrico	19.733	78,00	5.566	22,00	0	0,00	0	0,00	25.299	100,0
Freezer	24.329	96,16	928	3,67	42	0,17	0	0,00	25.299	100,0
Geladeira	295	1,17	24.878	98,33	126	0,50	0	0,00	25.299	100,0

Ipod e similares	25.046	99,00	211	0,83	42	0,17	0	0,00	25.299	100,0
Máquina de lavar roupa	8.433	33,33	16.824	66,50	0	0,00	42	0,17	25.299	100,0
Máquina de lavar louça	25.173	99,50	126	0,50	0	0,00	0	0,00	25.299	100,0
Máquina fotográfica digital	22.053	87,17	3.162	12,50	84	0,33	0	0,00	25.299	100,0
Microcomputador	15.643	61,83	9.614	38,00	0	0,00	42	0,17	25.299	100,0
Notebook/Netbook	19.480	77,00	5.566	22,00	253	1,00	0	0,00	25.299	100,0
Tablet/Ipad	22.263	88,00	3.036	12,00	0	0,00	0	0,00	25.299	100,0
Tanquinho elétrico	12.354	48,83	12.945	51,17	0	0,00	0	0,00	25.299	100,0
Telefone fixo	19.354	76,49	5.861	23,17	42	0,17	42	0,17	25.299	100,0
Telefone celular pré-pago	1.729	6,83	4.006	15,83	8.812	34,83	10.752	42,51	25.299	100,0
Telefone celular pós-pago	23.444	92,67	717	2,83	717	2,83	421	1,67	25.299	100,0
Televisão tradicional	11.005	43,50	11.385	45,00	2.277	9,00	632	2,50	25.299	100,0
Televisão tela plana	12.355	48,83	10.373	41,00	2.150	8,50	421	1,67	25.299	100,0

FONTE: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Ceilândia - PDAD 2015.

TABELA 17 – Abastecimento de Água nos domicílios.

Tipo de abastecimento de água	Nº Domicílios	%
Rede Geral - Caesb	24.161	95,50
Poço/Cisterna	126	0,50
Poço Artesiano	0	0,00
Outros	1.012	4,00
Totais	25.299	100,00

FONTE: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Ceilândia - PDAD 2015.

TABELA 19 – Tipo de esgotamento sanitário nos domicílios.

Tipo de esgotamento sanitário	Nº Domicílios	%
Rede Geral - Caesb	1.096	4,33
Fossa séptica	14.210	56,17
Fossa rudimentar	9.825	38,83
Esgotamento a céu aberto	42	0,17
Outros	126	0,50
Total	25.299	100,00

FONTE: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Ceilândia - PDAD 2015.

TABELA 18 – Abastecimento de energia elétrica.

Tipo de abastecimento de energia elétrica.	Nº Domicílios	%
Rede Geral - CEB	22.938	90,66
Próprio (Gerador, Bateria)	0	0,00
Gambiarra	2.319	9,17
Outros	42	0,17
Totais	25.299	100,00

FONTE: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Ceilândia - PDAD 2015.

TABELA 20 – Tipo de Coleta do lixo.

Tipo de coleta	Nº Domicílios	%
SLU sem coleta seletiva	5.524	21,83
SLU com coleta seletiva	1.012	4,00
Jogado em local impróprio	6.999	27,67
Outro destino	11.764	46,50
Total	25.299	100,00

FONTE: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Ceilândia - PDAD 2015.

em que ainda é realizado, em 95% dos domicílios, por meio de fossas sépticas e rudimentares (ou *ne-gras*), as quais ocasionam contaminação do lençol freático. Está em implantação o projeto da rede de esgotamento sanitário para os dois setores. Quanto ao tipo de coleta de lixo, somente 25,83% dos domicílios estão atendidos pelo Sistema de Limpeza Urbana – SLU, ao passo que 74,17% despejam o lixo em lugar impróprio (ou “outro destino”), segundo a APAD-2015.

3.4. *Problemas ambientais nas cercanias dos domicílios de Sol Nascente e Pôr do Sol*

O documento da PDAD-2015 apresenta informações sobre problemas ambientais nas proximidades dos domicílios. Na tabela 21 pode-se verificar que os seis problemas pesquisados estão presentes em Sol Nascente e Pôr do Sol devido à extensão e diversidade de situações dos terrenos nas duas favelas. Porém, é considerado como o mais crítico e a necessidade prioritária o esgoto a céu aberto, que

TABELA 21 – Problemas ambientais nas cercanias dos domicílios, 2015.

Problemas ambientais	Não têm		Têm	
	Nº	%	Nº	%
Erosão	19.860	78,50	5.439	21,50
Área em declive	20.155	79,67	5.144	20,33
Entulho	8.307	32,83	16.992	67,17
Esgoto a céu aberto	8.348	33,00	16.951	67,00
Áreas alagadas (chuva)	11.975	47,33	13.324	52,67
Ruas esburacadas	4.849	19,17	20.450	80,83

FONTE: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Ceilândia - PDAD 2015.

Tabela 22 – Disponibilidade de áreas públicas comuns próximas das residências – 2015.

Áreas Públicas Comuns	Não têm		Têm	
	Nº	%	Nº	%
Ruas arborizadas	22.263	88,00	3.036	12,00
Jardins/parques	25.299	100,00	0	0,00
APA1	24.709	97,67	590	2,33
Nascente d’água	25.088	99,17	211	0,83
Ciclovía	24.878	98,33	421	1,67
Espaço cultural	25.299	100,00	0	0,00
PEC2	24.878	98,33	421	1,67

FONTE: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Ceilândia - PDAD 2015.

afeta 67,0 % dos domicílios e tem graves implicações na saúde pública. Também é grave a afetação do entulho a 67,17% das residências e o fato de que 80,83% dos domicílios têm ruas esburacadas nas suas proximidades.

Na Tabela 22 pode-se verificar a ausência de áreas públicas comuns para as residências nos dois setores, mostrando a drástica deficiência destes elementos fundamentais para uma vida pelo menos digna. Não existem jardins, parques, nem um espaço cultural, e as ruas arborizadas se localizam em um pequeno setor, o mesmo setor da ciclovía. A região se caracteriza por ter diversas nascentes de água, entretanto muitas delas foram drenadas e ocupadas pelos loteamentos e ocupações das antigas chácaras, perdendo recursos hídricos que hoje são escassos no Distrito Federal e onde já se padece com o racionamento de água.

3.5. Condições socioambientais de Sol Nascente e Pôr do Sol, segundo a pesquisa de campo

A pesquisa de campo sempre é fundamental porque gera novo conhecimento com a obtenção de informações primárias. Portanto, contribui para complementar os dados estatísticos institucionais e a conhecer a realidade com a opinião das comunidades que vivenciam as condições socioambientais dos bairros onde habitam.

No caso do Sol Nascente e Pôr do Sol, as perguntas questionaram os entrevistados sobre o problema prioritário geral e especificamente ambiental nestes setores, além de consultar a sua opinião sobre as condições da infraestrutura e funcionamento dos sistemas de abastecimento de água, de esgotamen-

to sanitário e da coleta, manejo e destino final do lixo. Igualmente foi consultado sobre as quadras e equipamentos de lazer e esporte, os parques e áreas verdes, as unidades de conservação no meio urbano e rural e as condições dos rios e córregos que cruzam os dois setores urbanos.

Foram entrevistados funcionários das Secretarias de Obras Públicas e de Meio Ambiente da Administração Regional de Ceilândia, da Agência de Fiscalização do Distrito Federal AGEFIS, bem como lideranças locais e comunitárias, comerciantes e moradores antigos que participaram e conhecem o processo de ocupação dos dois setores. Cabe destacar que tanto os funcionários públicos da administração regional e do Distrito Federal, quanto os líderes, moradores e comerciantes entrevistados, mostraram a melhor disposição e atenção para contribuir com seriedade à pesquisa, de forma a dar crédito quanto a veracidade da informação fornecida.

Neste sentido é relevante destacar, conforme os relatos dos entrevistados, que tanto Sol Nascente quanto Pôr do Sol tiveram suas origens no “loteamento” das chácaras desses dois setores, ocorrendo um processo de especulação imobiliária com diversos loteamentos e a venda dos lotes sem controle institucional. “Houve três invasões de terrenos, mas o governo derrubou as casas” relatou um dos moradores.

Segundo outros relatos de moradores, em Sol Nascente, a primeira chacara parcelada em 1973 foi a Nº 101, que tinha uma superfície de 10 hectares e foi dividida em lotes de 250 m²: “naquele tempo os lotes custavam R\$ 10.000 e hoje com as casas construídas podem custar entre R\$ 200.000 e R\$ 300.000, segundo a proximidade com a avenida pavimentada”, comentou um idoso morador vizinho dessa chacara. No caso de Pôr do Sol, conforme um

dos carroceiros entrevistados, que se beneficiou com o primeiro loteamento no setor, “o proprietário da chácara Nº 1 tinha permitido criar um curral comunitário no seu terreno para guardar nossos cavalos e carroças, posteriormente dividiu uma parte de sua propriedade em lotes e doou um a cada carroceiro”. Essa foi a origem do primeiro loteamento no setor em 1973, e que, segundo a APAD 2015, à essa época existiam 25.299 domicílios (94,36% casas e 3,4% apartamentos) (Codeplan, p. 50).

Com relação às consultas sobre qual é o problema mais grave ou principal prioridade nos dois setores, são divergentes as percepções dos funcionários da administração de Ceilândia, da Agência de Fiscalização do Distrito Federal - AGEFIS e as dos moradores - embora exista racionalidade e sentido nas suas posições e diferenças. Para os técnicos da administração, há consenso e real preocupação no sentido de que esses dois setores precisam de um plano urbanístico que oriente o reordenamento do uso do solo para conseguir a regularização dos terrenos, o que é realmente necessário e benéfico para todos. Também argumentam os técnicos que é necessário ampliar as ruas que permitam a circulação de caminhões para fazer as obras de saneamento básico e a coleta de lixo, que no momento não são possíveis. O lixo é trasladado pelos moradores a lugares específicos e a containers nas ruas, onde o caminhão de lixo pode coletá-lo. É claro que um reordenamento urbano implicaria em um ajuste da localização de moradias, de famílias e novas construções, constituindo um problema complexo de resolver, pelos altos custos e a ocupação de novas áreas e terrenos.

Para os técnicos da AGEFIS entrevistados na sua sede em Brasília, a principal prioridade é o esgotamento sanitário. Os funcionários argumentam

que a falta desse serviço tem grande incidência na contaminação ambiental urbana e na saúde pública.

Os moradores consideram como problema prioritário a segurança e a violência, pois, segundo os depoimentos, constantemente ocorrem roubos nas residências e lojas comerciais e assaltos a qualquer hora do dia, independentemente da idade e do gênero das vítimas. Os entrevistados afirmaram que o patrulhamento da polícia tem frequência reduzida, com poucas patrulhas em serviço. A extensão do setor urbano dificulta as rondas, que também enfrentam dificuldade de circulação dos veículos nas ruas, devido ao mal estado de manutenção, com alagamentos e buracos.

Com relação ao principal problema ambiental, os consultados mencionaram três prioridades: o esgotamento sanitário, o lixo e a ocupação de diversas nascentes que caracterizaram esta área (algumas ainda existentes nessa região de Sol Nascente e Pôr do Sol). Destaca-se como maior preocupação dos moradores o esgoto, tanto para manejo dos resíduos domésticos como pela necessidade da condução das águas pluviais que alagam as ruas e as fossas nas residências, se misturando com o lixo despejado em qualquer lugar dos bairros. De fato, o problema do lixo aparece como segunda prioridade dos entrevistados, porque encontram-se depósitos de resíduos nas ruas e dispersado por todo lugar. Por este motivo, existe um projeto de esgotamento sanitário do governo do Distrito Federal que está sendo implantado. A ocupação das nascentes como principal problema ambiental, foi mencionado por funcionários da Administração Regional de Ceilândia, pois tratam-se de áreas de preservação permanente que foram ocupadas e degradadas, sendo certamente prioritário preservar as que ainda subsistem na região. Cabe mencionar que a crise de

abastecimento de água, que afeta neste momento o Distrito Federal e seu entorno, deve-se à ocupação desordenada do solo e à degradação sistemática das áreas de preservação permanente, como nascentes, córregos, rios e corpos de água pela agricultura comercial na área rural e pela urbanização acelerada nas áreas contíguas das cidades.

O serviço de água chega a todas as moradias segundo os funcionários da administração de Ceilândia, sendo que tem condução direta do sistema aproximadamente 70% das moradias - o restante, 30%, obtém a ligação de maneira clandestina. Tem existido racionamento do abastecimento de água nos períodos da seca (geralmente entre junho e setembro). Entretanto, pela crise hídrica atual, desde início deste ano o serviço tem sido racionado de maneira mais drástica.

Conforme mencionado, o esgotamento sanitário é altamente deficiente e somente um pequeno setor, que é padronizado em termos de urbanização (4,33% dos domicílios), instalou um sistema de esgoto administrado pela Empresa Caesb, mas ainda não conta com planta de tratamento. Os setores majoritários, com mais de 95% das moradias com fossas sépticas e negras, serão atendidos com o novo sistema de esgotamento em construção.

A coleta do lixo é realizada duas e três vezes na semana com caminhões adequados que recolhem os resíduos depositados em containers nas ruas principais, por onde tem possibilidade de circulação os veículos. A população não realiza separação do lixo e a reciclagem ocorre no aterro “sanitário da estrutural”, onde é seu destino final. Entretanto, cabe reiterar que o maior problema com o lixo é a disposição pela população nas ruas, onde é dispersado por animais e as chuvas, ocasionando

grave contaminação ao ambiente e uma imagem de sujeira urbana.

Não se dispõem de espaços e equipamentos adequados para lazer e esporte, contando com duas únicas quadras para futebol com grama sintética. Os entrevistados relataram que a localização dessas canchas não são zonas seguras, e que as crianças e jovens geralmente utilizam os equipamentos da vizinha cidade de Ceilândia. A população também não dispõe de parques nem áreas verdes nas zonas construídas, e, embora se conta com áreas rurais de nascentes com alguma arborização e até uma cachoeira, a insegurança impede o uso desses espaços pela população.

4. Discussão

Conforme os resultados da pesquisa, é conveniente ressaltar e discutir os aspectos mais relevantes das condições sociais e ambientais da população dos setores urbanos de Sol Nascente e Pôr do Sol. Em uma perspectiva geral, destaca-se que efetivamente esses dois setores carecem ainda, depois de mais de quatro décadas de fundados, de serviços básicos e equipamentos sociais. Isso demonstra a falta de atenção prioritária a esta população necessitada pelos diferentes governos do Distrito Federal nesse longo período. Da mesma forma, cabe destacar a recorrência do fenômeno das urbanizações não programadas nem planejadas e as dificuldades para resolver, na Capital Federal, o problema permanente das migrações. Estas são originadas desde a década de 1970 pelas transformações na estrutura fundiária e tecnológicas na produção no campo e pelas deficientes condições de vida, principalmente nos esta-

dos do Nordeste, de onde são predominantemente originárias as populações do Distrito Federal e dos dois setores urbanos analisados.

Cabe assinalar também que os motivos principais mencionados como causa da migração posterior (dos primeiros migrantes para Sol Nascente e Pôr do Sol) é “acompanhar parentes” e “busca de trabalho”, o que demonstra que ainda a capital federal continua sendo um destino importante dos fluxos migratórios do Nordeste e também de outros estados. Isso torna o Distrito Federal em centro de conjunção das diversas culturas regionais do Brasil.

Com relação aos níveis de assistência das crianças nas escolas e ao grau de escolaridade e analfabetismo da população, são apresentados dados bem particulares. De um lado, há um alto índice de 6,58% das crianças menores de seis anos que não frequentam a escola devido à não existência destes equipamentos nos dois setores e às dificuldades dos pais de levar as crianças e filhos pequenos às creches localizadas a longas distâncias. De outro lado, os baixos índices de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais (somente 2,86%) e entre crianças de 6 a 14 anos (0,04%) são dados positivos.

Quanto às principais atividades de trabalho remunerado, a população tem como setores predominantes de ocupação os serviços, incluindo o comércio, os serviços gerais e os serviços pessoais (dados que coincidem com a estrutura do emprego das cidades do Distrito Federal). Nesses três setores se ocupa 72,47% da população economicamente ativa. Já na construção civil, nos serviços domésticos e no transporte e armazenagem, se ocupam 17,64% dos trabalhadores restantes. Essa ocupação da força de trabalho em ofícios não especializados se explica pela falta de capacitação da população dos dois setores urbanos.

É importante ressaltar, como já é sabido, que a capital federal, e especificamente a Região Administrativa 1 Plano Piloto, é a principal fonte de emprego do Distrito Federal e da Área Metropolitana de Brasília. Isso tem gerado altos fluxos de trabalhadores desde a periferia, ocasionando extensos congestionamentos, graves problemas de mobilidade e constrangimentos que os trabalhadores suportam devido às várias horas de transporte, além dos custos de suas passagens. Esses aspectos causam detrimento das condições socioambientais de vida da população e tem motivado a discussão acerca da necessidade de gerar emprego na periferia para diminuir a pressão sobre a capital federal e melhorar a vida de todos.

Nesta perspectiva, no estudo “Mobilidade Socioespacial na Área Metropolitana de Brasília”, o autor Aldo Paviani afirma que “no aspecto de busca de serviços de hospital público, nada menos do que 33,68% ou 339,804 pessoas da Periferia Metropolitana de Brasília – PMB, procuram o DF” (Paviani, 2016, p. 12). Com relação aos “deslocamentos diários para o trabalho”, o autor afirma que, das 470.956 pessoas da PMB que se deslocam para trabalhar, 45,03% (ou 212.071 pessoas) o fazem para o Distrito Federal. Segundo o autor, seis cidades se destacam pela percentagem de pessoas que se mobilizam da PMA para o DF: Planaltina (69, 53%); Águas Lindas de Goiás (61,32%); Santo Antonio Descoberto (59,38%); Novo Gama (59,34%); e Cidade Ocidental (52, 90%), conforme APAD de 2013. (Paviani, 2016, p. 13). O custo da passagem dos trabalhadores que se deslocam ao DF desde a periferia é de cinco reais (ida e volta somam dez reais), o que equivale aproximadamente a R\$ 200 mensais gastos em transporte e representa mais de 20% do salário mínimo.

A condição dos domicílios quanto a regularização da sua propriedade é um aspecto adicional das dificuldades das famílias, pois esta situação irregular impede a obtenção de créditos para melhorar suas moradias. A maior parte destes imóveis se encontra em terrenos não regularizados, já que as condições de “Próprio em terreno não regularizado” e “Alugado em terreno não regularizado”, representam 87,33% dos domicílios.

Com relação à cobertura da infraestrutura de serviços básicos, cabe mencionar que o esgotamento sanitário e a coleta de lixo são considerados os principais problemas nos dois bairros, segundo os moradores entrevistados. O sistema de esgoto ainda está sendo construído e 95% das moradias atualmente contam com fossas sépticas e negras. A coleta do lixo somente é realizada em 25,83% dos domicílios e o restante (74,17 %) despeja o lixo em lugar impróprio. Essa situação tem grave incidência sobre as condições socioambientais da população. A perspectiva é que o esgoto seja construído pelo governo do Distrito Federal, mas o problema do lixo deverá ser resolvido mediante um modo de transporte específico, pois a largura das vias na maior parte dos bairros não permite a entrada dos caminhões do lixo.

Ainda com relação às condições ambientais, a APAD 2015 analisa os problemas ambientais nas proximidades dos domicílios e reitera a deficiência do esgoto como o mais crítico: 67% dos domicílios são afetados pelo esgoto a céu aberto. Também é grave a afetação do entulho a 67,17% das residências, bem como o fato de que 80,83% dos domicílios têm ruas esburacadas nas suas proximidades.

A pesquisa de campo foi realizada mediante entrevistas a pessoas chave, entre funcionários públicos e técnicos da administração do Distrito

Federal e de Ceilândia, bem como lideranças locais, comerciantes e moradores mais antigos e conhecedores da situação dos dois bairros. É interessante ressaltar que a posição dos dois conjuntos de pessoas entrevistadas tem opiniões distintas sobre os principais problemas socioambientais. Os funcionários públicos têm uma perspectiva mais técnica: consideram que é necessário um plano de reestruturação urbana que inclua um sistema viário com melhores especificações. Também consideram importante a instalação e funcionamento dos sistemas de esgoto e da coleta e destino final do lixo, bem como a proteção das nascentes de água que ainda subsistem nas áreas vizinhas. Os moradores também entendem a importância de resolver esses problemas, pois são afetados intensamente pela falta de esgoto e pela presença recorrente do lixo no espaço urbano. Entretanto, é muito mais urgente para a comunidade local a resolução dos problemas de segurança e de violência.

Segundo Ermínia Maricato, a partir de 1980, “o alto desemprego e recuo das políticas públicas e sociais determinadas pelo receituário neoliberal pode ser medido por muitos indicadores” (Maricato, 2013, p.21). O indicador escolhido pela autora é o da violência, e mostra o incremento de 250% dos homicídios no país entre 1980 e 2010. No caso das favelas Sol Nascente e Pôr do Sol, um relatório da Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social de janeiro a julho de 2016 e 2017, (Correio Braziliense, 2017) mostra que a violência apresenta altos níveis de ocorrência, tendo aumentado o latrocínio e os roubos a pedestres. Este incremento da insegurança e da violência, que afetam com maior intensidade as cidades da periferia da Área Metropolitana de Brasília, podem ser explicadas tanto pelas necessidades materiais da população para se ter uma vida digna,

quanto pela revolta com relação a essas condições de vida em que subsistem.

5. Considerações finais

- Há consenso entre autores que analisaram o fenômeno da urbanização acelerada em América Latina, entre 1960 a 1980, de que foi a emigração do campo (ocasionada pela mecanização da produção agropecuária) a causa fundamental da expansão das favelas nas cidades de América Latina e no Brasil.
- Brasília, a Capital Federal, foi a cidade com a maior taxa de expansão urbana no país durante esse período, o qual coincidiu com a sua construção entre 1956 e 1960 e com o início da expansão da agropecuária no cerrado na década seguinte. Assim, recebeu fluxos migratórios pela a sua oferta de empregos e ao mesmo tempo pela expulsão dos trabalhadores do campo.
- Segundo documentos da Codeplan, a antiga cidade satélite de Ceilândia (hoje Região Administrativa 13 do Distrito Federal, onde se localizam os setores Sol Nascente e Pôr do Sol) foi criada com o propósito de receber os moradores erradicados de diversas invasões localizadas na capital federal.
- Os setores Sol Nascente e Pôr do Sol surgiram do loteamento das chácaras da região contígua à cidade projetada de Ceilândia, cuja urbanização nos dois bairros não foi orientada por um plano urbano com infraestrutura básica instalada nem com especificações adequadas nas dimensões das ruas, dos lotes, dos equipamentos sociais e áreas de lazer e esporte. Nesse sentido, essas duas favelas apresentam hoje diversas defici-

ências em serviços e condições urbanas para funcionamento e habitabilidade.

- Não obstante estas condições socioambientais urbanas deficientes, comuns à maioria das favelas no Brasil, alguns dados positivos sobre a população são surpreendentes (por exemplo, a baixa condição de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, bem como a de 6 a 14 anos, praticamente todas alfabetizadas). Esses dados mostram um alto nível de alfabetização para uma favela, pois no contexto do Brasil, o índice nacional, mostra que 98,4 % da população nessa idade se encontram escolarizadas (IBGE, 2018).
- Na opinião de técnicos e funcionários da administração regional de Ceilândia, da Agencia de Fiscalização do Distrito Federal ÁGEFIS, bem como dos moradores entrevistados, esses dois setores têm como urgentes prioridades melhorar a segurança, construir a rede de esgoto e criar um plano de desenvolvimento urbano. Segundo os técnicos da administração, esse plano deve propor uma reorganização geral dos usos do solo, um sistema racional de vias, mudança de localização de moradias e reorganização dos espaços urbanos. Esse é um plano complexo de difícil execução social e de altos custos financeiros, mas é uma reivindicação necessária e justa para melhorar as condições de vida da população mais pobre do Distrito Federal.

Referências

- Castells, M. *La Cuestión Urbana*. Siglo XXI Editores. España, 1976.
- Codeplan – Companhia de Planejamento do Distrito Federal. *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio*. PDAD 2015.

Brasília DF, 2016.

Correio Braziliense. *Secretaria de Segurança Pública e Paz Social*, 2017. Disponível em: http://www.ssp.df.gov.br/images/SGI/Balanco_da_seguranca_publica/apresentacao_coletiva_outubro.pdf. Consultado em 16-10-2017.

Correio Braziliense: Site Consultado em 15-11-2017. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/10/09/interna_cidadesdf,632326/cidade-mais-populosa-do-df-ceilandia-sofre-com-violencia-e-inseguranc.shtml

Distrito Federal. Lei Nº 4.150 de 05 de junho de 2008. Publicação DODF nº 108, de 06/06/08. *Dispõe sobre a criação da Agência de Fiscalização do Distrito Federal - AGEFIS e dá outras providências*. Brasília, 2008.

Fernandez, V.; Sampaio, C. C. A. Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente. *Desenvolvimento e Meio ambiente*, 18, 87-94, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuários Estatísticos do Brasil*, 1986, 1990, 1993 e 1997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Síntese de Indicadores Sociais, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Censos Demográficos de 2000 e 2010;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho de Rendimento. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007-2015*. Disponível em: <https://brasilem.sintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-escolarizacao-das-pessoas-de-6-a-14-anos.html>. Acessado em: 04-08-2018.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Serie caracterização e tendências da rede urbana no Brasil*. Redes Urbanas Regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Brasília, 2002.

Maricato, E. *É a questão urbana, estúpido*. Cidades Rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Tinta Vermelha. São Paulo, 2013.

Paviani, A. Revista Brasília em Debate. Mobilidade Urbana. Múltiplos modos de deslocamentos. Codeplan, ano 2016, nº 13. Maio.

Paviani, A. *Brasília, 57 anos: conurbação e verticalidade em curso*. Correio Braziliense, Brasília, junho de 2017.

Pradilla, C. E. *Contribución a la crítica de la 'teoría urbana'*. Del 'espacio' a la 'crisis urbana'. México, Universidad Autónoma Metropolitana – Xochimilco. 1984. D.F.

Schteingart, M. (Org.). *Urbanización y dependencia en América Latina*. Buenos Aires, Ediciones SIAP, 1973.

Singer, P. Urbanización, dependencia y marginalidad en América Latina. In: Schteingart, M. (Org.). *Urbanización y dependencia en América Latina*. Buenos Aires, Ediciones SIAP, 1973.

Sousa, S. D. *Planejamento urbano no Distrito Federal: o caso de Ceilândia*. Brasília, Monografia no Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, 2014.